

Audiência Pública 3º Quadrimestre 2018



**Realizada em: 26/02/2019
Controladoria Geral**



Audiência Pública

Em cumprimento à Lei 101 de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - o Poder Executivo realiza hoje, dia 26/02/2019, **Audiência Pública**, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais realizadas pelo Executivo Municipal no 3º quadrimestre de 2018 (meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro).



TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

LRF - “Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meio eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”



Balanço Orçamentário

- Demonstração contábil que discrimina as contas de receitas e despesas orçamentárias comparando o previsto com o realizado;
- Regulamentado pela Lei 4.320/64.

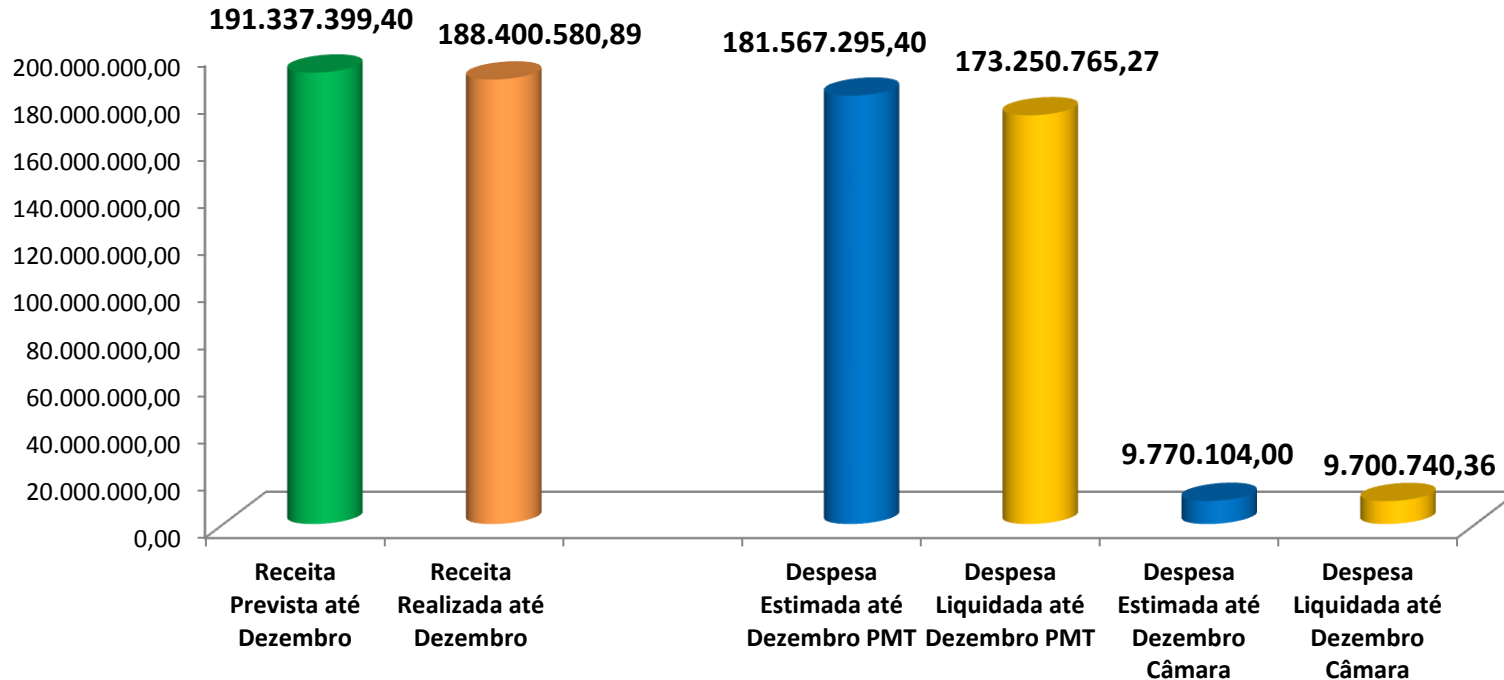


2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Receita e Despesa

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
18/02/2019



Receita realizada a menor do que a prevista: **R\$ 2.936.818,51**

Despesa prevista: 191.337.399,40
Despesa realizada: 182.951.505,63
Dif. a menor PXR = 8.385.893,77



Comportamento da Receita Pública

- **Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação**
- **Comparativo da Receita Própria (previsto x realizado)**
- **Comparativo das Transferências Correntes (previsto x realizado)**
- **Comparativo das Receitas de Capital (previsto x realizado)**
- **Comportamento mensal da Receita Corrente Líquida (RCL)**



METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

LRF - “Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.”

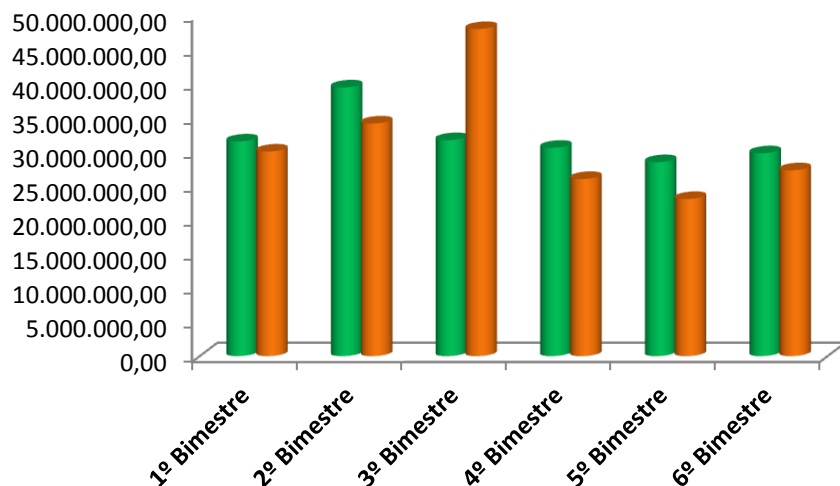


2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
18/02/2019

Metas Bimestrais de Arrecadação x Receita realizada



BIMESTRE	META DE ARRECADAÇÃO	RECEITA ARRECADADA
1º Bimestre	31.486.905,81	30.003.348,38
2º Bimestre	39.413.700,66	34.127.469,47
3º Bimestre	31.681.632,39	47.975.885,79
4º Bimestre	30.555.755,37	25.983.744,52
5º Bimestre	28.447.151,40	23.046.292,35
6º Bimestre	29.752.253,77	27.263.840,38
TOTAL	191.337.399,40	188.400.580,89



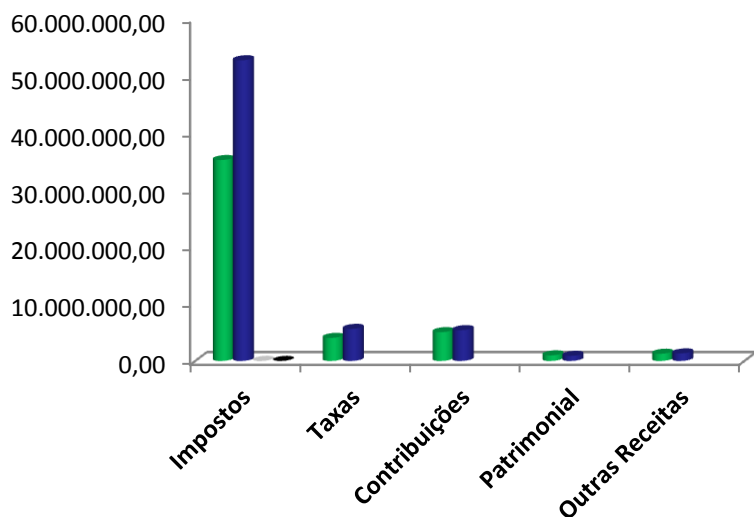
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
18/02/2019

Receita Própria

(Proveniente de impostos, taxas e contribuições de melhoria)



Receita Própria	Previsto	Realizado
Impostos	35.237.262,00	52.735.065,60
Taxas	4.039.692,00	5.623.991,36
Contribuições	5.044.816,00	5.400.879,82
Patrimonial	978.000,00	897.793,44
Outras Receitas	1.264.676,00	1.324.392,23
Total	46.564.446,00	65.982.122,45

Receita realizada maior que prevista
R\$ 19.417.676,45

***Outras Receitas:** Multas e juros dos tributos;
Multas e juros de dívida ativa dos tributos;
infrações de trânsito; Receita de dívida ativa.



Transferências Correntes

São recursos recebidos de outros órgãos e entidades de direito público para a aplicação no atendimento a despesas correntes. Lei 4320/64, Art. 12 § 2 °

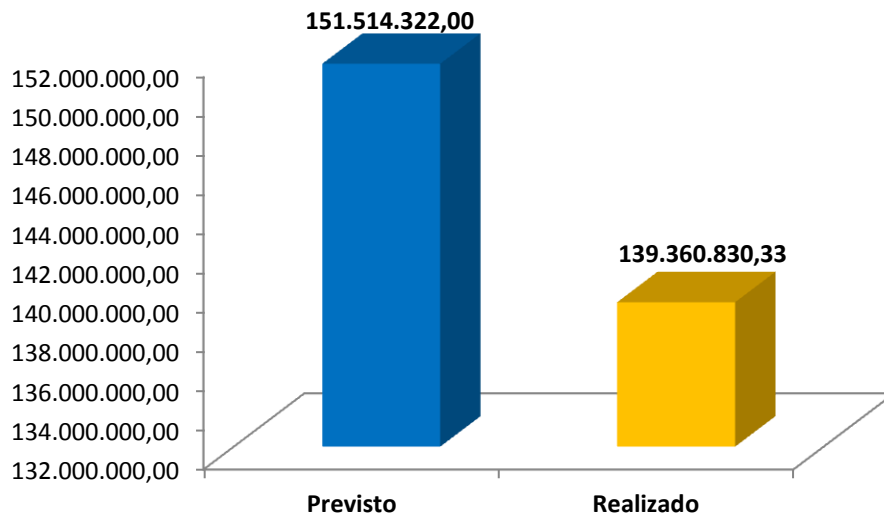


2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
18/02/2019

Transferências Correntes



TRANSF. CORRENTES (principais)	PREVISTO	REALIZADO
FPM	43.681.000,00	41.158.998,39
ITR	9.858,00	15.957,01
Transf.Fundo Especial Petróleo	437.740,00	629.388,76
Recursos SUS - União	8.078.000,00	8.857.487,08
Transf. FNAS (Assist.Social)	1.368.000,00	866.285,80
Transf. FNDE (Educação)	2.595.890,00	2.484.337,46
ICMS Desoneração	325.963,00	296.097,96
Emendas Parlamentares	0,00	1.419.900,00
Outras Transf. União	200.000,00	58.836,91
ICMS	57.134.000,00	53.559.722,35
IPVA	9.621.908,00	9.435.493,06
IPI	635.757,00	828.264,38
Transf. do Estado p/ Saúde	3.069.000,00	1.627.999,35
Outras Transf. Estado	342.206,00	143.704,45
FMDCA	80.000,00	220.885,27
Ressarcimento Fund. RENOVA	0,00	630.115,33
FUNDEB	23.900.000,00	16.673.224,14
Fundo do IDOSO	35.000,00	454.132,63
TOTAL	151.514.322,00	139.360.830,33

Diferença Transf. Prevista x Realizada
até Dezembro.: R\$ 12.153.491,67

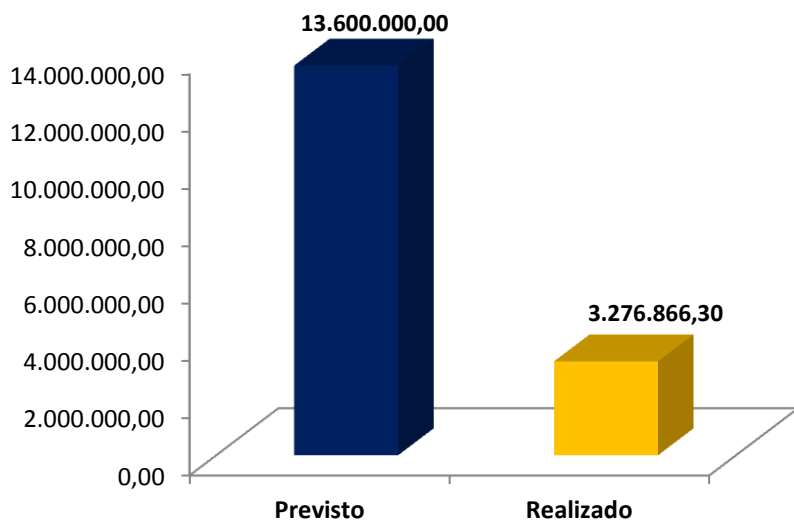


Transferências de Capital

São recursos destinados a investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público devam realizar, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem da lei de orçamento ou de lei especial.

Lei 4320/64, Art. 12 § 6 °

Transferências de Capital



TRANSF. CAPITAL (principais)	PREVISTO	REALIZADO
P/Melhorias Saúde	3.250.000,00	73,34
P/ Melhorias Educação	1.700.000,00	82.016,77
Emend.Parlam. Individuais	0,00	419.690,00
P/ Apoio a Reciclagem	200.000,00	0,00
Programas Habitacionais	2.900.000,00	917.809,27
P/ Melhoria Equip.Públicos	300.000,00	0,00
P/ Proj. Culturais	500.000,00	0,00
P/ Fundo de Vale	1.000.000,00	0,00
P/ Desportos	600.000,00	593.750,00
P/ Infra-estrutura Urbana	1.600.000,00	847.885,00
P/ Reformas de Praças	400.000,00	100.000,00
P/ Recup.áreas degradáveis	1.000.000,00	0,00
P/Melhorias Assist. Social	0,00	159.960,00
P/ Projetos Sociais	150.000,00	0,00
P/Reforma de Prédios Públicos	0,00	150.000,00
Outras Transferências	0,00	5.681,92
TOTAL	13.600.000,00	3.276.866,30

Diferença Transf. Prevista x Realizada
até Dezembro.: **R\$ 10.323.133,70**



Receita Corrente Líquida (RCL)

- É o somatório das receitas tributárias referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e de transferências correntes;
- parâmetro para cálculo dos gastos com pessoal e limite de endividamento.

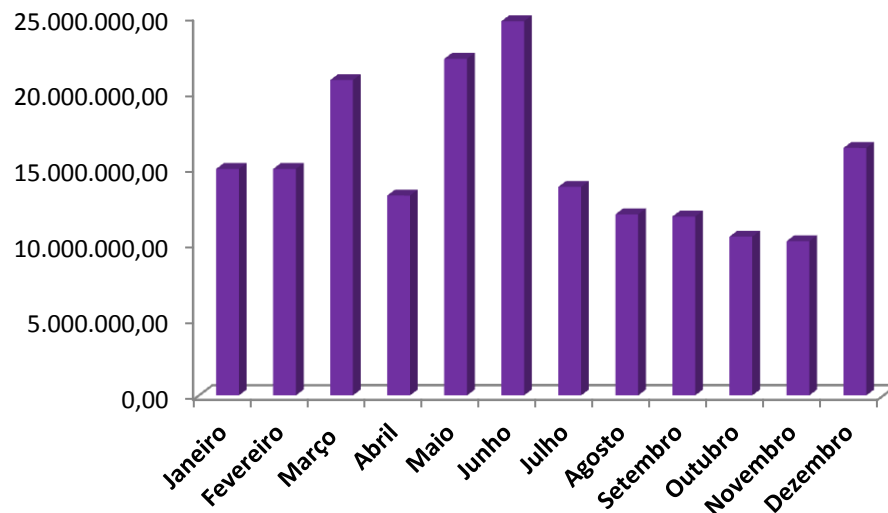


2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Comportamento mensal da RCL* até o Dezembro

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
18/02/2019



Mês	Valor
Janeiro	14.930.889,84
Fevereiro	14.931.728,35
Março	20.790.170,86
Abril	13.177.329,35
Maió	22.192.498,53
Junho	24.668.888,41
Julho	13.750.096,45
Agosto	11.939.309,22
Setembro	11.794.146,07
Outubro	10.466.725,99
Novembro	10.164.690,02
Dezembro	16.317.191,22
Total	185.123.664,31

Mês 06/18
IPTU 2018

APERAM
R\$12.177.983,24

Nos meses 03 e 05/18
Div.Ativa IPTU
APERAM

03/18 R\$5.835.749,06
05/18 R\$4.112.303,98

*RCL = Receita Corrente Líquida

RCL de janeiro/18 a dezembro/18 :
R\$ 185.123.664,31

Controladoria Geral



Limites legais e constitucionais

- Aplicação nas ações e Serviços Públicos de Saúde
- Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- Aplicação no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)
- Gastos com Pessoal



Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Em termos práticos, a responsabilidade apregoada por essa lei determina uma aproximação das práticas já implementadas no âmbito da iniciativa privada, com a objetivação das metas e foco nos resultados, itens esses dispostos de forma mensurável, possibilitando um maior controle daquelas cujas políticas públicas visam atender.



APLICAÇÃO EM SAÚDE E.C. 29/2000

“Art. 7º. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.”

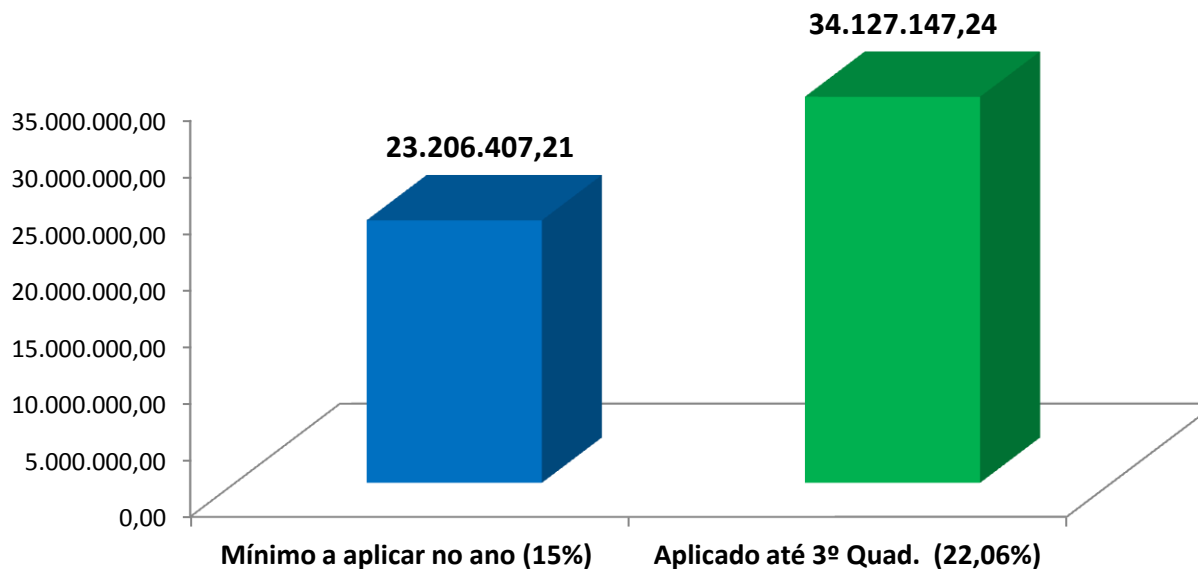


Aplicação na Saúde 2018 (Janeiro a Dezembro)

2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
19/02/2019



* Para fins de aprovação das contas o percentual mínimo de 15% é apurado no final do exercício. A apuração mensal e quadrimestral é realizada com a finalidade de acompanhamento e gestão dos recursos.

Base de cálculo (Impostos e
Transf.) : R\$ 154.709.381,38

Controladoria Geral



APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CF/88

Art. 212: “A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

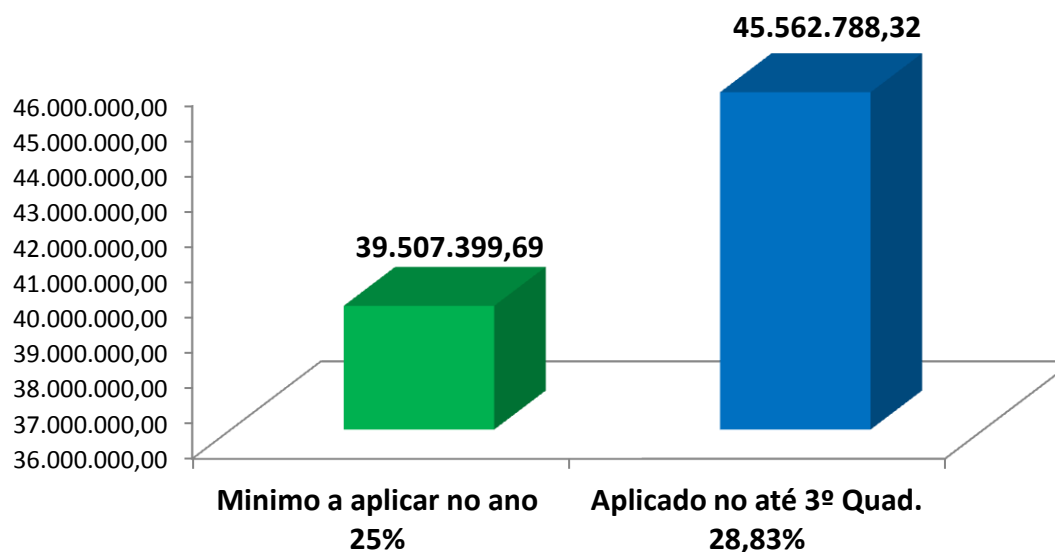


2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Aplicação no Ensino 2018 (Janeiro a Dezembro)

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
19/02/2019



* Para fins de aprovação das contas o percentual mínimo de 25% é apurado no final do exercício. A apuração mensal é realizada com a finalidade de acompanhamento e gestão dos recursos.

Base de cálculo (Impostos e
Transf.) : R\$ 158.029.598,75

Controladoria Geral



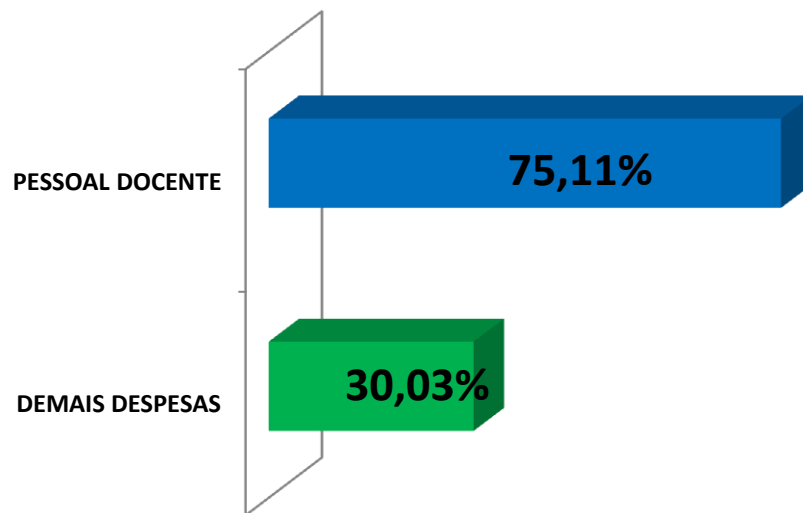
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro

Aplicação no FUNDEB

2018 (Janeiro a Dezembro)

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
19/02/2019



FUNDEB	
Receita Total do Fundo	16.725.019,56
Valor Mínimo a aplicar 60%	10.035.011,74
Valores Aplicados	12.561.487,68
Percentual aplicado	75,11%
Valor máximo a aplicar 40%	6.690.007,82
Valores Aplicados	5.023.188,67
Percentual aplicado	30,03%

Base de cálculo (Receita do FUNDEB até Dezembro) : R\$ 16.725.019,56

Mínimo exigido (Pessoal Docente): 60%

Limite Máximo Demais Despesas: 40%

Controladoria Geral



DESPESAS COM PESSOAL

Lei de Responsabilidade Fiscal

“Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(...)

III - Municípios: 60%

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - Na esfera municipal:

- a) 6% para o Legislativo
- b) 54% para o Executivo.”



Gastos com Pessoal

**Instrução Normativa Nº 01/2018 de 28/02/2018 do
Tribunal de Contas de Minas Gerais:**

A partir de 01/01/2019, para fins do cálculo de despesas com pessoal, será considerado também o somatório dos gastos do ente da Federação com os inativos e os pensionistas.



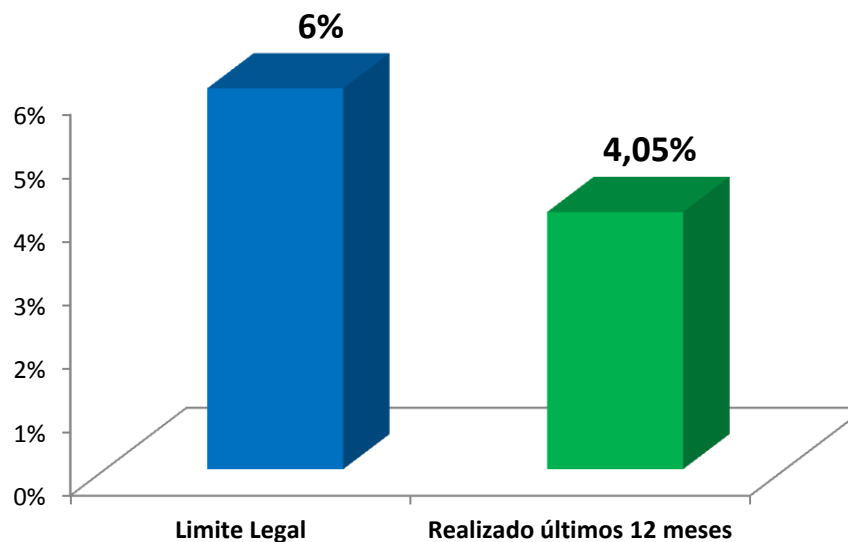
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Gastos com Pessoal: Somente Câmara

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Conforme
TCE/MG
(**não**
considerava
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: 5,70% da RCL

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31



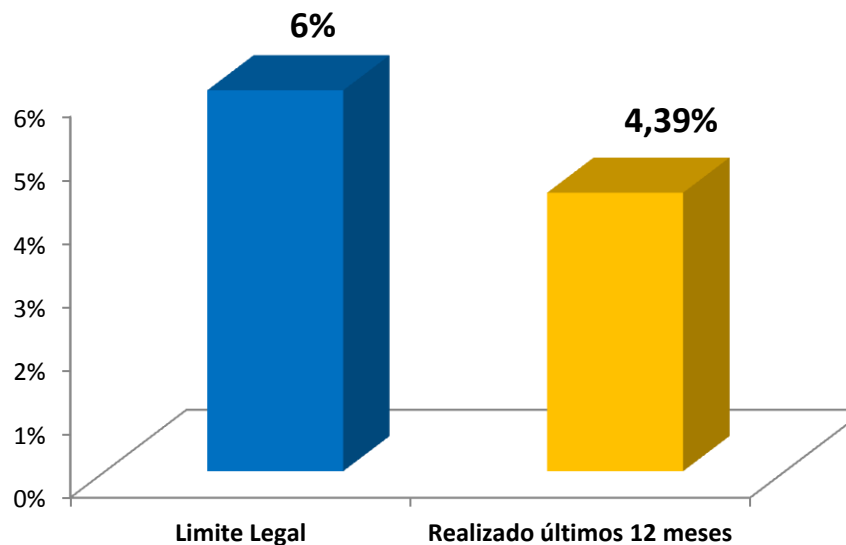
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Gastos com Pessoal: Somente Câmara

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Conforme
STN
(considera
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: 5,70% da RCL

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31



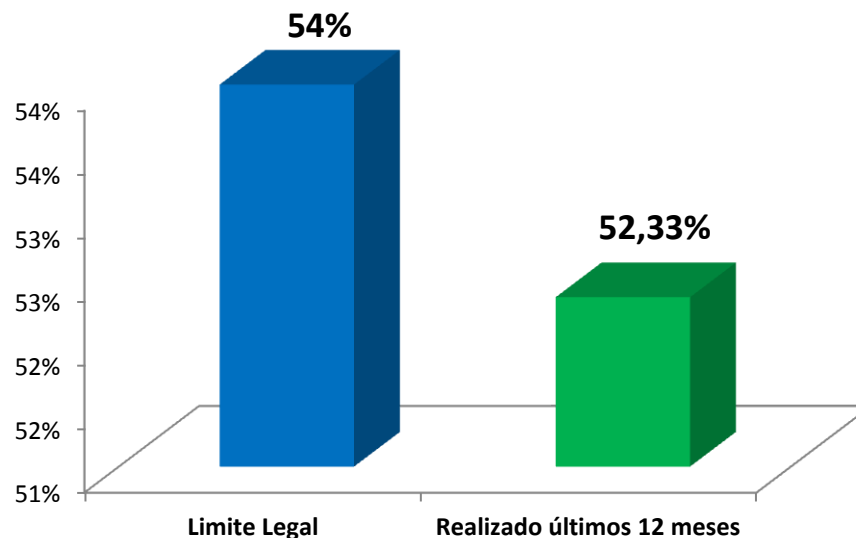
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Gastos com Pessoal: Somente Prefeitura

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Conforme
TCE/MG
(**não**
considerava
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: 51,30% da RCL

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31



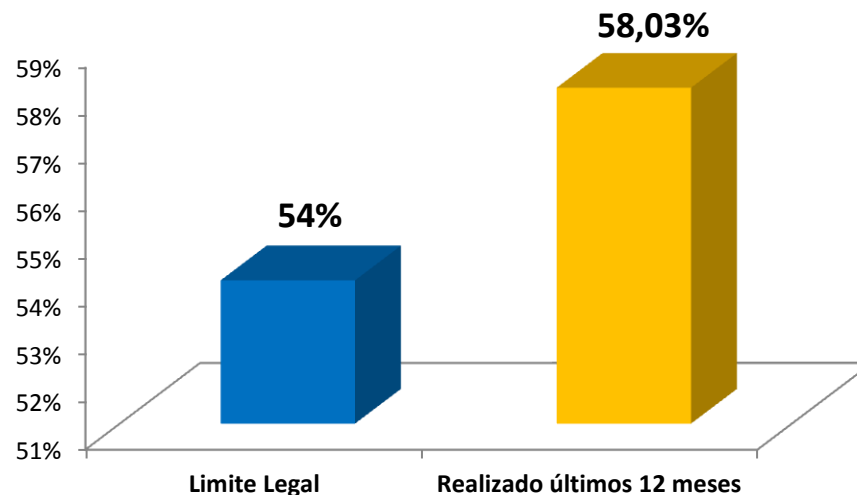
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Gastos com Pessoal: Somente Prefeitura

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Conforme
STN
(considera
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: 51,30% da RCL

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31



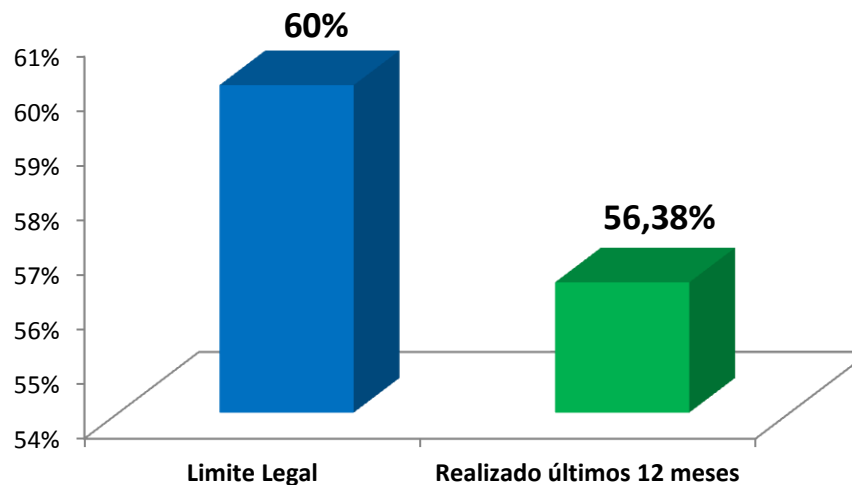
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Gastos com Pessoal Consolidado: Prefeitura + Câmara

Conforme
TCE/MG
(não
considerava
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: **57,30%** da RCL

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31

Controladoria Geral



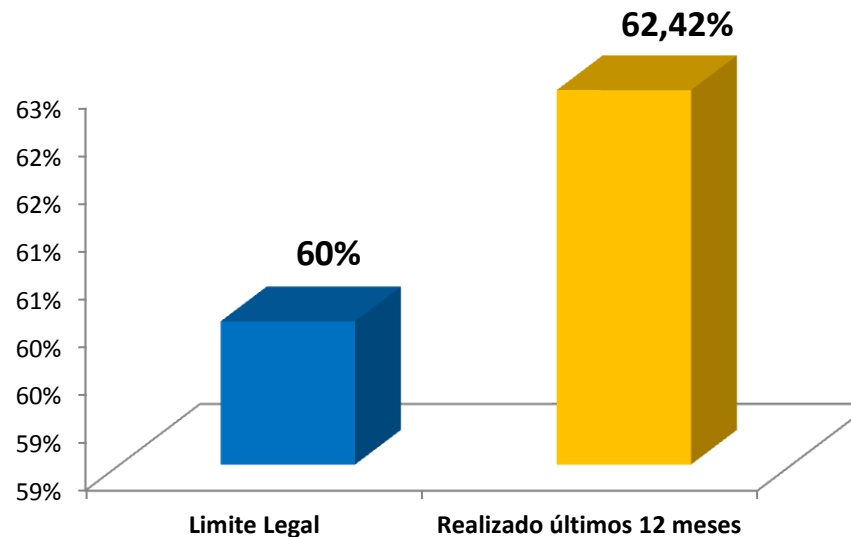
2018
3º QUADRIMESTRE
até dezembro/18

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
20/02/2019

Gastos com Pessoal Consolidado: Prefeitura + Câmara

Conforme
STN
(considera
inativos e
pensionistas)



Limite prudencial: **57,30% da RCL**

RCL de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:
R\$ 185.123.664,31

Controladoria Geral



Posição da dívida no encerramento do 3º Quadrimestre de 2018

- Dívida Fundada (Dívida a longo prazo)
- Dívida Flutuante (Dívida a curto prazo)
- Situação dos Restos a Pagar em 31/12/2018



DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA DÍVIDA FUNDADA

Resolução do Senado Federal - 40/2001

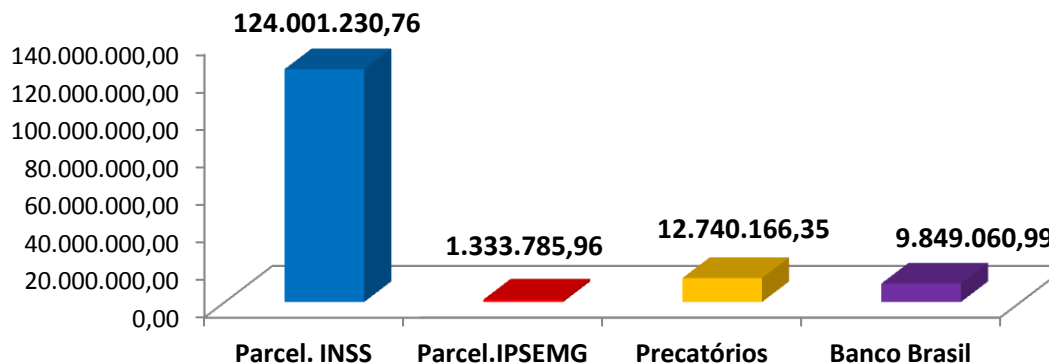
“**Art. 3º.** A Dívida Consolidada Líquida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta resolução, não poderá exceder, respectivamente, a:

II - no caso dos Municípios a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida.”



Dívida Fundada

Resultado consolidado



Dívida	Saldo Exerc. Anterior	Emissão Dívida	Corr. Monetária	Baixa / Amortização	Saldo p/ exercício seguinte
Parcel. INSS	104.502.267,44	0,00	21.986.694,37	2.487.731,05	124.001.230,76
Parcel. IPSEMG	1.421.569,23	0,00	53.681,14	141.464,41	1.333.785,96
Precatórios	0,00	11.339.786,96	0,00	0,00	11.339.786,96
Banco Brasil	10.110.891,11	0,00	872.749,59	1.134.579,71	9.849.060,99
TOTAL	116.034.727,78	11.339.786,96	22.913.125,10	3.763.775,17	146.523.864,67

Saldo devedor em:

31/12/2017: R\$ 116.034.727,78

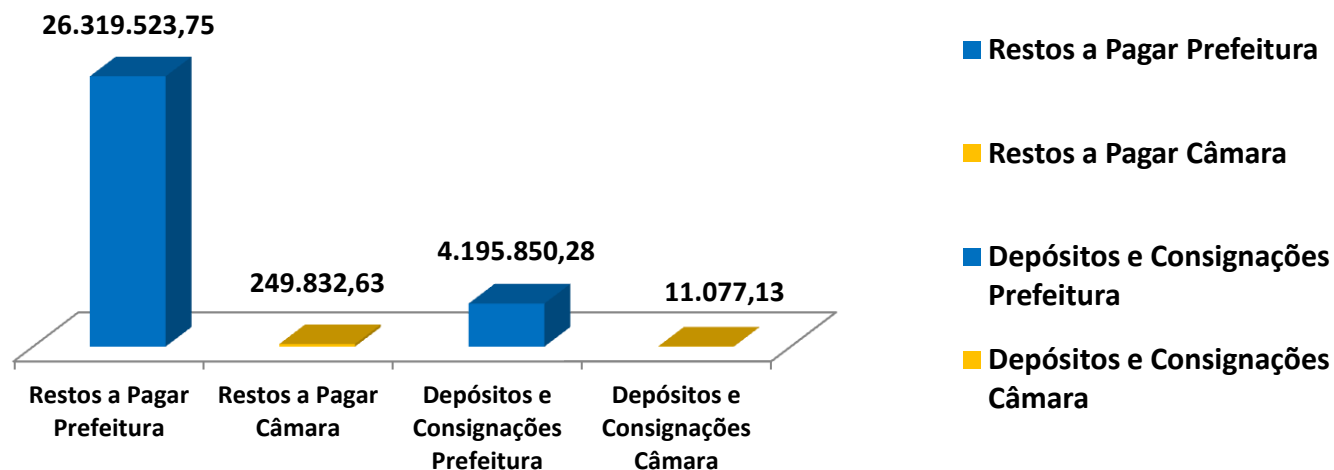
Saldo devedor em:

31/12/2018: R\$ 146.523.864,67



Dívida Flutuante

Resultado consolidado



Demonstrativo Dívida Flutuante	PMT	Câmara
Restos a Pagar Processados	17.133.765,54	65,00
Restos a Pagar Não Processados	9.185.758,21	249.767,63
Depósitos e Consignações	4.195.850,28	11.077,13
Total	30.515.374,03	260.909,76

Saldo devedor em:

31/12/2017: R\$ 23.689.089,66

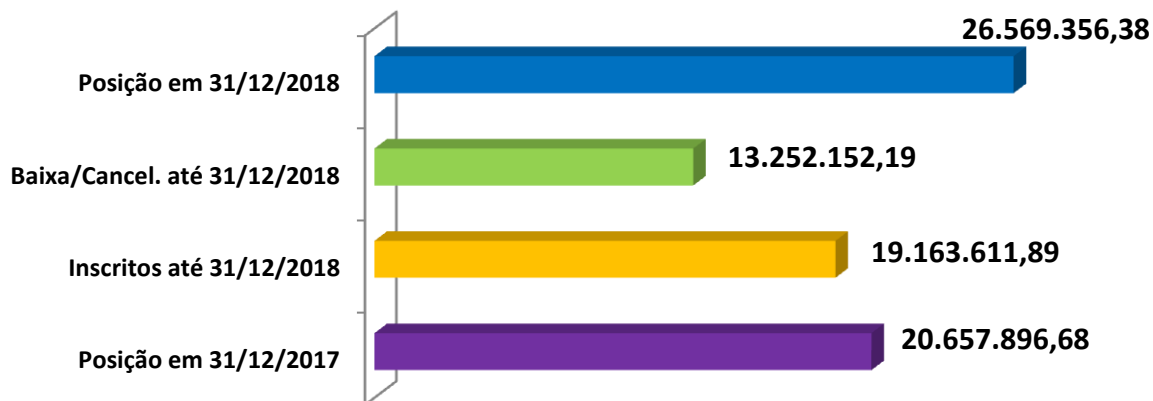
Saldo devedor em:

31/12/2018: R\$ 30.776.283,79



Situação dos Restos a Pagar em 31/12/2018

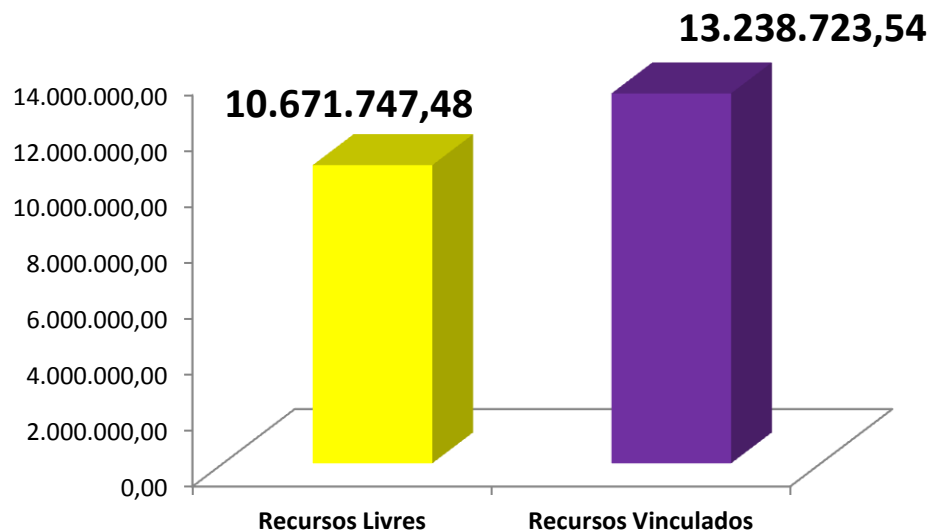
Resultado consolidado



Restos a pagar Processados e Não Processados Câmara e Prefeitura	
Posição em 31/12/2017	20.657.896,68
Inscritos até 31/12/2018	19.163.611,89
Baixa/Cancel. até 31/12/2018	13.252.152,19
Posição em 31/12/2018	26.569.356,38



Saldos de contas bancárias em 31/12/2018



Saldo total de contas bancárias em 31/12/2018: R\$ 23.910.471,02



RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

- Nominal: avalia a capacidade de endividamento do Município
- Primário: avalia a sustentabilidade da política fiscal.



2018
3º QUADRIMESTRE

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
21/02/2019

DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS

Acumulado de Janeiro a Dezembro/2018

	Previsto na LDO para 2018	Meta alcançada até Dezembro
Resultado Nominal	-11.232.133,35	25.983.252,46

Resultado Nominal: Mede a evolução da dívida fiscal líquida, ou seja, mede a capacidade do Município em pagar suas dívidas a longo prazo. É a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no mesmo período do exercício anterior. É obtido acrescentando-se ao resultado primário os valores pagos e recebidos de juros nominais (juros líquidos) decorrentes de operações financeiras.

Controladoria Geral



2018
3º QUADRIMESTRE

Fonte: Sistema
de Gestão
Fiscal da PMT

Dados
extraídos em:
21/02/2019

DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS

Acumulado de Janeiro a Dezembro/2018

	Previsto na LDO para 2018	Meta alcançada até Dezembro
Resultado Primário	1.276.000,00	8.341.011,77

Resultado Primário:

- Diferença entre **RNF** (Total da Receita Orçamentária deduzidas operações de crédito, rendimento de aplicações financeiras, superávit financeiro, entre outros) e **DNF** (Total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna);
- avalia a sustentabilidade da política fiscal;
- mede a capacidade do Município em gerar receita suficiente para pagar suas contas usuais.
- reflete o esforço fiscal do governo municipal.

Controladoria Geral



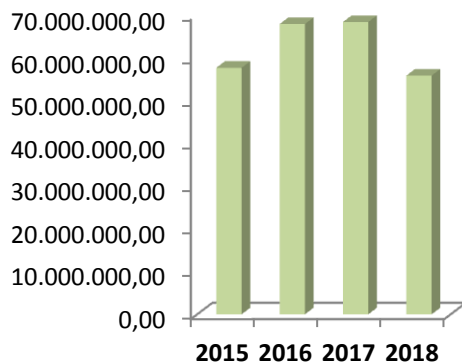
2018
3º QUADRIMESTRE
 até dezembro/18

Fonte: Sistema
 de Gestão
 Fiscal da PMT

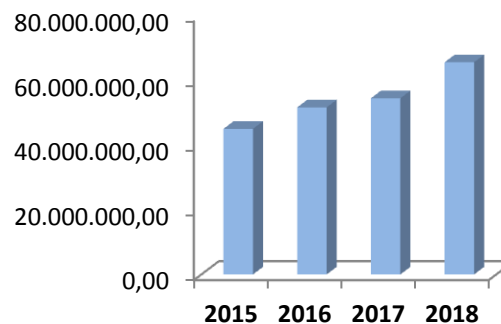
Dados
 extraídos em:
 21/02/2019

COMPARATIVO DA RECEITA REALIZADA POR PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS

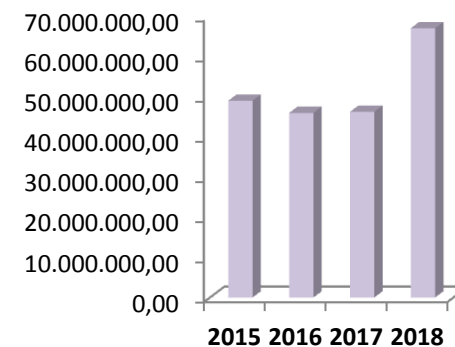
**Transferências da
 União**



**Transferências do
 Estado**



Receitas Próprias



	2015	2016	2017	2018
Transferências da União	57.614.650,25	67.842.011,90	68.321.066,12	55.787.289,37
Transferências do Estado	45.015.554,66	51.649.426,83	54.469.213,47	65.595.183,59
Receitas Próprias	48.982.342,84	45.946.062,23	46.206.772,02	67.018.107,93
Total	151.612.547,75	165.437.500,96	168.997.051,61	188.400.580,89



**Obrigado pela atenção e
presença!**

Equipe de Controle Interno: 3847- 4754
Prefeitura Municipal de Timóteo - MG

Controladoria Geral